



# A PRODUÇÃO DE ETNOMÍDIAS COMO PRÁTICA DECOLONIAL EDUCOMUNICATIVA: uma abordagem a partir da criação do coletivo Nhembo'e Katu<sup>1</sup>

## THE PRODUCTION OF ETHNOMEDIA AS A DECOLONIAL EDUCOMMUNICATION PRACTICE: An Approach from the Creation of the Nhembo'e Katu Collective

Pietra Silva Queiroz <sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa investiga a produção de etnomídias como práticas decoloniais e edocomunicativas, com foco nas produções do coletivo Nhembo'e Katu, formado por indígenas Potiguara da Baía da Traição (PB). As etnomídias surgem como ferramentas essenciais para a preservação cultural e resistência das populações originárias, frente às estruturas coloniais e marginalização. A pesquisa analisa os desafios enfrentados na criação de oito produções para o Instagram do coletivo, desde a pré-produção até a pós-produção. Também examina o uso de plataformas digitais na promoção da cultura Potiguara e no fortalecimento da identidade e empoderamento comunitário. Reflete sobre a edocomunicação como metodologia de valorização das culturas marginalizadas e desconstrução de narrativas coloniais. O estudo aponta a eficácia das etnomídias como prática de resistência e propõe políticas públicas para apoiar essas iniciativas e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

**Palavras-Chave:** Etnomídia. Educomunicação. Decolonialidade.

**Abstract:** This research investigates the production of ethnomedia as decolonial and edocommunicative practices, focusing on the ethnographic productions of the Nhembo'e Katu collective, created by Potiguara Indigenous people from Baía da Traição (PB). Ethnomedia emerge as essential tools for cultural preservation and resistance of Indigenous populations, in the face of colonial structures and marginalization. The research analyzes the challenges faced during the creation of eight media productions for the collective's Instagram, from pre-production to post-production. It also examines the use of digital platforms in promoting Potiguara culture and strengthening community identity and empowerment. The study reflects on edocommunication as a methodology for valuing marginalized cultures and deconstructing colonial narratives. It highlights the effectiveness of ethnomedia as a cultural resistance practice and proposes public policies to support such initiatives, aiming at building a more inclusive and equitable society.

**Keywords:** Ethnomedia. Educommunication. Decoloniality.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup>Doutoranda no Programa de Pós Graduação de Estudos de Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Comunicação e Bacharel em Educomunicação. Email: pietraeducom@gmail.com

## 1. Educomunicação: um panorama do conceito e da prática

A educomunicação é um campo interdisciplinar que busca explorar a intersecção entre comunicação e educação, promovendo a reflexão crítica sobre os meios de comunicação e seu impacto na sociedade. Seu surgimento está ligado a mudanças sociais, tecnológicas e culturais, especialmente nos séculos XX e XXI, quando as novas tecnologias e mídias digitais começaram a desempenhar um papel central nas dinâmicas sociais. A educomunicação tem como objetivo formar indivíduos críticos e engajados, capacitando-os a lidar com as informações que consomem e com as tecnologias de informação e comunicação (TICs), favorecendo um processo educacional que valoriza a participação ativa dos cidadãos nos processos sociais e na construção coletiva do conhecimento. (Soares, 1999; Almeida, 2012, 2024)

Nesse sentido, a educomunicação propõe uma abordagem em que a comunicação não é vista apenas como um veículo para a transmissão de informações, mas como um processo que envolve diálogo, participação e construção de significados. Essa perspectiva é essencial para desenvolver habilidades de leitura crítica diante de uma sociedade saturada de conteúdos midiáticos. A promoção de diálogos abertos e a utilização de tecnologias de informação e comunicação são fundamentais nesse processo, pois possibilitam a criação de ecossistemas comunicativos que favorecem a expressão individual e coletiva. Segundo Martín- Barbero (2005), a criação de ecossistemas comunicativos se define a partir do conjunto de ações que envolvem uma expressão comunicativa mediadas pelas tecnologias, com o objetivo maior de fomentar a construção de práticas cidadãs dos agentes sociais. A relação entre educação e comunicação, portanto, é intrínseca à natureza da educomunicação, sendo essencial para a formação de cidadãos conscientes, empoderados e críticos, capazes de atuar e intervir nos contextos sociais em que estão inseridos, refletindo os desafios contemporâneos e as disparidades sociais que persistem, principalmente, em ambientes marginalizados.

Sendo assim, a educomunicação assume um papel fundamental na promoção de uma educação mais inclusiva e democrática. Dentre suas características, destaca-se a habilidade de trabalhar com diversas mídias e formas de comunicação, permitindo que a construção de saberes ocorra de maneira plural e colaborativa. Essa abordagem, integral à formação social dos cidadãos, visa não apenas o desenvolvimento de competências comunicativas, mas também

a consciência social, ética e política, necessárias para a convivência em uma sociedade democrática e diversificada (Kaplún, 1980; Almeida, 2024).

Essa prática é especialmente relevante em um contexto em que as TIC's estão presentes na vida cotidiana, transformando as formas de interação e disseminação de informações. Ao capacitar indivíduos a se tornarem produtores de conteúdo e não apenas consumidores passivos, a educomunicação fomenta um ambiente no qual as vozes das comunidades historicamente marginalizadas podem ser ouvidas e reconhecidas em suas especificidades. Isso, por sua vez, desafia as narrativas predominantes e eurocêntricas que muitas vezes invisibilizam a diversidade cultural e social. Ao estimular a formação de práticas comunicativas que respeitem e representem as diversidades, a educomunicação contribui para a construção de um ambiente educacional que promove não apenas a informação, mas também a transformação social e a consciência crítica.

Esse campo não só discute as influências da mídia na educação, mas também busca criar estratégias que integrem esses elementos em processos pedagógicos. Através de programas e projetos que utilizam a comunicação como ferramenta educacional, a educomunicação se propõe a alcançar uma educação participativa, informativa e crítica, essencial para a formação de cidadãos aptos a desempenhar papéis ativos em suas comunidades e na sociedade como um todo (Soares, 1999).

Dessa forma, a educomunicação se configura como um elemento essencial na construção de uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas que também forma indivíduos críticos e conscientes do seu papel na sociedade, desafiando as estruturas de poder e promovendo práticas democráticas e igualitárias.

## **1.1 A origem da educomunicação diante da necessidade de decolonizar**

A origem da educomunicação está ligada às mazelas da colonização europeia, cujos efeitos ainda são sentidos nas desigualdades sociais contemporâneas. A colonização, com sua lógica de subordinação, não apenas impôs estruturas de poder que subjugavam os povos colonizados, mas também marginalizou saberes locais, criando uma hierarquia que privilegia as produções europeias em detrimento de outras formas de conhecimento (Quijano, 2005). Esses legados de desigualdade se manifestam em diversas esferas da sociedade, incluindo as relações econômicas, políticas, educacionais e culturais. O eurocentrismo, consolidado ao

longo dos séculos, modelou as narrativas históricas, científicas e culturais, reforçando a ideia de uma civilização superior a ser disseminada globalmente. Como aponta Quijano (1992), o colonialismo se caracteriza pela “relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes” (p. 437), criando um ciclo de exclusão e desigualdade cujas consequências ainda são visíveis, especialmente em países latino-americanos, africanos e asiáticos.

Quijano (2005) introduz o conceito de “Colonialidade do poder” para descrever como as estruturas de poder estabelecidas durante o período colonial continuaram a operar após a independência política das nações latino-americanas. Isso incluiu a manutenção de hierarquias raciais e sociais e a persistência da exploração econômica. O sociólogo argumenta que as consequências da colonização ainda afetam as hierarquias raciais, gerando marginalização e exploração, além de fortalecer a dependência econômica das nações latino-americanas em relação às economias globais, frequentemente dominadas por países ocidentais. Esse processo perpetua desigualdades, estereotipagem, relações neocoloniais e a desvalorização dos saberes locais.

Neste cenário de persistente colonialidade do saber e do poder, surge a educomunicação como uma proposta inovadora para enfrentar as desigualdades estruturais. A educomunicação, enquanto campo de estudo, emerge como um processo de resistência contra a dominação cultural e a exclusão social, oferecendo uma alternativa às formas tradicionais de comunicação e educação. Influenciada pelas obras “Extensão ou comunicação?” (1979) e “Pedagogia do oprimido” (2005) de Paulo Freire (1979), em que o sociólogo defende que

a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente (FREIRE, 1979, p.70).

Sendo assim, a educomunicação busca criar espaços de diálogo, onde as comunidades possam não apenas consumir, mas também produzir e transformar o conhecimento, promovendo uma educação crítica e participativa. Através da utilização das tecnologias de informação e comunicação, a educomunicação assume um papel crucial na promoção da conscientização e no empoderamento social, especialmente em um contexto de crescente marginalização das comunidades periféricas. A utilização de novas mídias, divulgadas pelas

redes sociais, propicia um campo, apesar de desafiador, fértil para a democratização da comunicação, permitindo que as vozes das minorias sejam ouvidas em um cenário globalizado.

Mario Kaplún, em 1980, foi um dos primeiros a formalizar o conceito de "Educomunicação", no qual integra comunicação e educação de forma a promover uma educação mais crítica e transformadora. A partir de sua influência, autores como Ismar Soares (1999; 2014) e Lígia Almeida (2012, 2024) passaram a ampliar e consolidar esse campo, que se tornou cada vez mais relevante à medida que as mídias digitais se tornaram predominantes no século XXI. Segundo Almeida,

Como o valor perseguido pela educomunicação é a vivência democrática plena, é fácil compreender a necessidade de um sólido elo entre a educação e a comunicação para atingir esse objetivo, uma vez que a mencionada vivência depende da compreensão e da aceitação, por parte da população, de direitos e deveres a ela assegurados pelas leis, assim como de sua conscientização de que pode e deve assumir o papel de protagonista de sua realidade. (ALMEIDA, 2024. P.33)

Para Kaplún, a educomunicação não é apenas uma área de conhecimento, mas uma prática social voltada para a transformação das relações de poder, principalmente através do uso das mídias como ferramentas educativas. Ele propôs que a comunicação deveria ser entendida não apenas como um meio de transmissão de informações, mas como um espaço de participação e produção coletiva de saberes, promovendo cidadania e justiça social. Em sua perspectiva, as TICs não são apenas veículos de informação, mas instrumentos para a criação de uma cultura participativa e crítica.

A educomunicação então, se alinha com os princípios decoloniais, que buscam romper com a colonialidade do saber, do poder e do ser, estas que estão enraizadas na sociedade até os dias atuais como argumenta Quijano (2002), e que por isso perpetuam desigualdades profundas e contínuas nas relações sociais e culturais, especialmente em sociedades latino-americanas. Nesse contexto, a educomunicação se torna uma ferramenta estratégica de resistência, pois oferece uma alternativa ao conhecimento imposto e ao currículo hegemônico. A valorização dos saberes locais, indígenas e afro-latino, como proposto por Lélia Gonzalez (1988) e por Rita Segato (2015), é central nesse processo, pois permite que grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas, possam se comunicar, se expressar e transformar suas realidades. A educomunicação, portanto, não apenas facilita o acesso à informação, mas promove a construção de novos saberes que desafiam as hierarquias tradicionais do conhecimento e que fortalecem a identidade e a autonomia das comunidades.

Ao integrar a educação crítica com a comunicação, a educomunicação se torna também uma ferramenta fundamental para enfrentar a marginalização das vozes subalternas em um mundo globalizado e marcado por relações de poder desiguais. A proposta de uma educação popular, defendida por Paulo Freire (1979; 2005), Jesus Martín-Barbero (1999) e Cicilia Peruzzo (2002), é um pilar essencial para a educomunicação, pois enfatiza a participação ativa dos oprimidos no processo educativo. Para Peruzzo,

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa a tonar-se sujeito de atividades de ação comunitária dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura. (PERUZZO, 2002, p. 7)

A relação entre Cicilia Peruzzo e Jesús Martín-Barbero se baseia na promoção de uma comunicação mais inclusiva e participativa, que valorize as vozes das comunidades marginalizadas e reconheça a importância das culturas populares. Ambos contribuem para a compreensão da comunicação popular como uma ferramenta de emancipação e construção de sociedades mais justas.

Embora o termo "popular" tenha um conceito claro, ele vem sendo substituído por "comunitário", que é utilizado para identificar diferentes processos comunicacionais, desde formas de comunicação do "povo" até experiências vinculadas à mídia comercial de grande porte. Isso exige uma reflexão sobre as especificidades e os princípios que norteiam os processos de comunicação popular, alternativa e comunitária.

A comunicação popular surgiu nos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina, emergindo como um processo de comunicação ligado à ação dos grupos populares. Ela foi denominada de diversas formas, como alternativa, participativa, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do contexto e da percepção dos estudiosos. No entanto, o sentido político permanece o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população em busca de justiça social e participação política.

A partir do final do século XX, o termo "comunicação comunitária" passou a ser mais utilizado no Brasil, muitas vezes com um sentido menos politizado. Embora possa incorporar conceitos e práticas da comunicação popular original, também assume características diversificadas, às vezes desconectadas de movimentos sociais. Além disso, a grande mídia

também adotou o termo "comunitário" para designar algumas de suas produções, o que gera ambiguidades e problematizações em relação ao seu uso.

Apesar dessas questões, a comunicação comunitária é entendida nesta pesquisa, como aquela que desempenha um papel importante na democratização da comunicação e da sociedade. Ela é vista como uma comunicação libertadora e transformadora, na qual o povo é o gerador e protagonista, produzida para que ele tome consciência de sua realidade. Ainda que existam problematizações em relação ao uso dos termos, nesta pesquisa será adotado o conceito de comunicação comunitária como aquela que desempenha um “importante papel na democratização da comunicação e da sociedade” (PERUZZO, 2009, p. 41), entendida no sentido de uma “comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (KAPLÚN, 1985, p. 7), produzida “para que o povo tome consciência de sua realidade” (KAPLÚN, 1985, p. 17).

Portanto, a educomunicação não se limita apenas a uma prática pedagógica ou comunicacional, mas representa uma postura ética e política em relação às desigualdades estruturais e à perpetuação de práticas coloniais. Ela oferece um modelo de comunicação inclusiva e participativa, que coloca a tecnologia e o saber como meios de transformação social, ao mesmo tempo em que resgata e fortalece as identidades culturais e os saberes marginalizados.

A partir dessa perspectiva, as novas tecnologias e as redes digitais desempenham um papel crucial na mediação e no fortalecimento das práticas cidadãs. As plataformas digitais ampliam o alcance e a visibilidade das lutas por direitos sociais, culturais e políticos, oferecendo novos canais de mobilização e expressão, particularmente nas esferas digitais. No entanto, é fundamental também refletir sobre as desigualdades digitais que persistem em nossa sociedade, uma vez que nem todos os grupos têm acesso equitativo a essas tecnologias, o que pode comprometer a eficácia da comunicação e a participação em processos democráticos.

Nesse contexto, a educomunicação se apresenta como uma ferramenta estratégica para a democratização do acesso à informação, permitindo que movimentos sociais e coletivos se apropriem das tecnologias de forma crítica e transformadora, promovendo uma comunicação que seja verdadeiramente inclusiva e participativa. Além disso, a educomunicação desempenha um papel essencial na construção de uma nova pedagogia da comunicação cidadã, que integra práticas comunicacionais no campo social e político, abordando temas como migração, relações étnico-raciais, gênero e sexualidade. Ao fazer isso, ela não apenas se alinha com as

práticas comunicacionais voltadas para as esferas de cidadania comunicativa e socioambiental, mas também contribui para uma compreensão mais profunda das interseccionalidades que moldam as experiências e as formas de participação na sociedade contemporânea. A educomunicação, ao explorar as dinâmicas das redes sociais e das outras mídias digitais, reflete sobre os processos de construção de uma cidadania global, inclusiva e diversa, que transcende as fronteiras nacionais. Ela busca incorporar as complexidades das novas configurações socioculturais e políticas, propondo uma visão de cidadania mais ampla e plural, capaz de responder às demandas de um mundo cada vez mais interconectado e globalizado.

## **2. Etnomídia como ferramenta educomunicadora e decolonial**

A etnomídia emerge como um importante instrumento de comunicação para povos indígenas, que passaram a utilizar as novas tecnologias digitais como ferramentas de resistência. Nos últimos anos, as populações indígenas têm utilizado plataformas digitais para criar contranarrativas e descolonizar a forma como são representadas na mídia tradicional. Essa apropriação das mídias digitais, conforme aponta Demarchi (2020), reflete um processo de insurgência contra a construção de imagens negativas que por séculos marcaram os povos indígenas, criando um espaço para que possam se autorepresentar de forma autêntica e livre de estereótipos.

O conceito de etnomídia, como explorado por Baniwa (2020), é crucial para entender como os indígenas criam suas próprias narrativas. De acordo com Denilson Baniwa, a etnomídia não se trata apenas de utilizar a tecnologia, mas de entender a comunicação como um meio para fortalecer a identidade indígena, por meio da construção de conteúdos que não sejam "mastigados para a massa", mas sim para aqueles que pertencem a um grupo que compartilha das mesmas vivências e aspirações. A Web Rádio Brasil Indígena, criada por Anápuàka Muniz Tupinambá, foi uma das primeiras iniciativas a adotar a etnomídia como forma de comunicação autêntica para os povos indígenas, um exemplo de como as mídias digitais oferecem uma plataforma de resistência e construção de novos significados para as culturas indígenas.

Raquel Carneiro, em sua dissertação *Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê* (2019), destaca a importância da etnomídia como um meio de comunicação que rompe com os padrões da mídia convencional,

permitindo aos povos indígenas protagonizarem suas próprias narrativas. Carneiro descreve como a Rádio Yandê, enquanto exemplo de etnomídia, surge como um instrumento de resistência e afirmação cultural, já que se propõe a comunicar de forma autêntica as realidades e as lutas indígenas, utilizando a tecnologia para reforçar suas identidades e valores. A autora explica que, ao contrário da mídia massiva, que muitas vezes distorce ou silencia as vozes indígenas, a etnomídia oferece uma plataforma para que as populações indígenas articulem e compartilhem suas histórias e saberes de maneira própria.

A autora também observa que, através da Rádio Yandê, os indígenas conseguem transformar a comunicação em uma ferramenta de educação e mobilização, buscando não apenas a visibilidade, mas também o respeito pelas suas culturas e formas de vida. Para Carneiro, a etnomídia não é apenas uma ferramenta tecnológica, mas um movimento que questiona e desafia as estruturas de poder que historicamente marginalizam os povos indígenas. A dissertação ressalta que a criação de plataformas como a Rádio Yandê é um passo significativo na construção de uma mídia que refletia verdadeiramente a diversidade étnica e cultural do Brasil, promovendo um diálogo intercultural mais justo e profundo.

A etnomídia, como prática educomunicativa dentro das comunidades indígenas, emerge como uma ferramenta essencial para o fortalecimento da identidade e da cultura. Ao integrar as TICs no cotidiano dessas comunidades, ela permite a construção e a disseminação de saberes que são fundamentais para a preservação das tradições e a transmissão de conhecimentos entre gerações. Nesse sentido, a etnomídia se configura como uma prática educomunicativa, pois não só promove o aprendizado, mas também valoriza e dá voz às experiências e saberes locais, promovendo assim uma prática cidadã dos povos originários. Ao contrário das formas tradicionais de ensino e comunicação, que muitas vezes impõem visões externas, eurocêntricas e homogêneas, as etnomídias permitem que os próprios povos indígenas sejam os protagonistas da sua educação, da sua comunicação e da sua história.

Além disso, a utilização das mídias digitais pelas comunidades indígenas facilita a construção e a transmissão de saberes de geração em geração, o que é crucial para a preservação da identidade e da ancestralidade. Em um contexto globalizado, onde as culturas tradicionais correm o risco de serem diluídas pela massificação e pela homogeneização cultural, as etnomídias funcionam como uma resposta a essa ameaça, criando espaços mais seguros para o fortalecimento das práticas culturais indígenas. Através das etnomídias, as novas gerações de indígenas podem aprender sobre sua história, suas tradições e seus valores, sem que isso seja

filtrado ou distorcido por narrativas externas, que muitas vezes tratam esses saberes como inferiores ou irrelevantes. Isso contribui para a desconstrução do colonialismo cultural, permitindo que os povos indígenas não apenas preservem, mas também ressignifiquem suas histórias e práticas, reescrivendo-as a partir de suas próprias perspectivas e necessidades. Esse processo de autoafirmação e fortalecimento cultural é, sem dúvida, uma poderosa forma de resistência, pois garante que as comunidades indígenas possam se comunicar entre si e com o mundo, mantendo-se fiéis às suas raízes e, ao mesmo tempo, ampliando suas possibilidades de expressão.

A reflexão sobre as etnomídias também envolve a crítica ao jornalismo convencional, que frequentemente distorce ou omite a realidade das comunidades indígenas. Conforme destaca Charaudeau (2007), as narrativas midiáticas muitas vezes são impregnadas de subjetividades que tratam os indígenas como "coadjuvantes" ou "vilões", enquanto a etnomídia permite que esses povos sejam os verdadeiros protagonistas de suas próprias histórias. Para que as contra-narrativas indígenas sejam efetivas, é essencial que as universidades, escolas e meios de comunicação se empenhem em integrar essas perspectivas nas discussões sobre identidade, história e cultura, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e consciente da diversidade cultural.

Assim, a etnomídia se apresenta não apenas como uma forma de resistência, mas como um caminho para a decolonização da comunicação e a promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa com as populações indígenas. Ao proporcionar uma plataforma para a expressão e difusão de suas próprias vozes e histórias, ela não só fortalece o protagonismo indígena, mas também contribui para uma maior visibilidade e valorização de suas culturas na sociedade contemporânea. A construção de contra-narrativas é, portanto, um processo que vai além da resistência passiva; é uma ação ativa de reapropriação do discurso e de subversão das representações dominantes.

### **3. Os Potiguara da Baía da Traição**

A Baía da Traição, localizada no litoral norte da Paraíba, é um território de profunda importância histórica e cultural, abrigando povos indígenas com um histórico de resiliência e luta: os Potiguara. Os Potiguara da Baía da Traição, têm uma história marcada por resistência e adaptação desde o primeiro contato com os europeus no início do século XVI. Originalmente,

habitavam a região litorânea do estado, vivendo em harmonia com a natureza e desenvolvendo uma cultura rica e diversificada. (Moonen, 1992)

Segundo Palitot (2004) ao longo dos séculos, os Potiguara enfrentaram diversas adversidades, incluindo a escravização, a perda de terras e a imposição de políticas assimilaçãonistas. Apesar disso, mantiveram suas tradições culturais e lutaram pela preservação de seu território. No século XX, destacam-se movimentos como a luta pela demarcação da Terra Indígena Potiguara, que resultou na criação de uma área de 33.757 hectares nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Atualmente, os Potiguara da Baía da Traição continuam a preservar suas tradições e a lutar por seus direitos, enfrentando desafios contemporâneos, como a invasão de terras por atividades como a cana-de-açúcar e a necessidade de reconhecimento e valorização de sua cultura.

A região é composta por diversas aldeias, que formam um mosaico de comunidades unidas na defesa de seu território e de seus direitos. No entanto, apesar de sua rica herança cultural e histórica, essas comunidades enfrentam desafios significativos, como a marginalização social, a falta de acesso a serviços básicos e a constante ameaça de invasões e exploração de seus territórios por interesses externos, como o agronegócio e projetos turísticos.

As aldeias potiguara são: Forte, Galego, Lagoa do Mato, Camaru, Vila São Francisco, São Miguel, Laranjeiras, Santa Rita, Tracoeira, Bento, Silva, Acajutibiró, Jaraguá, Silva de Belém, Vila Monte-Mor<sup>3</sup>, Jacraé de São Domingos, Jacaré de César, Estiva Velha, Lagoa Grande, Grupiona, Brejinho, Tramataia, Camurupim, Caieira, Nova Brasília (Ibiquara) e Três Rios. (PALITOT, 2004, P.3)

A marginalização dos Potiguara na Baía da Traição é um fenômeno complexo, enraizado em séculos de exclusão e desigualdades. O processo de colonização europeia marcado pela catequização forçada e pelo despojo de terras, enfraqueceu as estruturas sociais e políticas indígenas, deixando um legado de discriminação que persiste até os dias atuais. Além disso, o eurocentrismo imposto e ainda presente nas instituições brasileiras e nas próprias comunidades originárias, contribui para a aculturação dos indígenas e para a perpetuação de estereótipos e desigualdades sociais e econômica nas comunidades.

A resistência cultura e a luta pela garantia dos direitos indígenas e pelas terras se estende por todo o território Potiguara, porém essa pesquisa será direcionada à Aldeia São Miguel, que assim como as outras aldeias, possui um histórico significativo de resistência do povo

<sup>3</sup> Em 2024, durante o governo do presidente Lula, com o apoio do Ministério dos Povos Indígenas, a aldeia Monte Mor foi oficialmente homologada.

Potiguara, no entanto, a aldeia se encontra atualmente situada em uma área marcada por índices de criminalidade e marginalização, o que resulta em um contexto de discriminação, opressão e violência policial constante. Esse cenário de marginalização e criminalização impacta diretamente na resistência cultural e política dos indígenas que ali residem, tornando o processo de luta ainda mais desafiador. A violência no território e a discriminação sistemática afetam tanto as gerações passadas quanto as atuais, agravando as dificuldades enfrentadas pela comunidade que, apesar de tudo, continua a buscar formas de resistir e reafirmar sua identidade diante de um sistema que tenta silenciar suas vozes.

Dentro desse contexto, este trabalho analisa as etnomídias como produções educomunicativas desenvolvidas por e para os povos indígenas, com um foco especial nas mídias criadas pelo coletivo Nhembo'e Katu, composto principalmente por integrantes da aldeia São Miguel e por quem escreve este artigo. O coletivo foi criado com o objetivo de fortalecer a identidade indígena e promover a visibilidade das questões que afetam o povo Potiguara, oferecendo oficinas sobre a cultura Potiguara para crianças e jovens da aldeia e utilizando as tecnologias de comunicação para criar narrativas próprias. Por meio dessas etnomídias, o coletivo propõe uma resistência cultural e política, permitindo que os próprios indígenas se tornem os produtores e disseminadores de suas histórias, conhecimentos e realidades. Dessa forma, desafiam as representações externas e a marginalização de suas culturas, reafirmando a autonomia e resistência diante das pressões sociais e políticas que tentam apagá-las, provendo assim alternativas que implicam positivamente no futuro das crianças indígenas da região que vivem em meio à marginalidade e opressões.

### **3.1 Nhembo'e Katu: acessando o Território – Processos Metodológicos e Abordagens de Pesquisa**

Diante dos desafios enfrentados pelos moradores da aldeia São Miguel, surge a necessidade de ações sociais no território. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as mídias (*reels*<sup>4</sup>) postadas pelo coletivo Nhembo'e Katu no Instagram. Além disso, busca compreender como as etnomídias produzidas pelo coletivo atuam na construção e

<sup>4</sup> Reels são vídeos curtos e dinâmicos, geralmente com duração de 15 a 90 segundos, criados para serem compartilhados em plataformas de redes sociais, como Instagram e Facebook. Eles foram lançados pelo Instagram em 2020 como uma resposta ao sucesso do TikTok, que popularizou o formato de vídeos curtos e envolventes.

fortalecimento da identidade indígena Potiguara, busca também examinar as práticas educomunicativas promovidas pelas atividades do Nhembo'e Katu em prol da resistência cultural e política da comunidade, e busca destacar a importância da acessibilidade das plataformas digitais, como o Instagram, para ampliar a visibilidade e combater o apagamento cultural das tradições Potiguara.

Para a execução desta pesquisa, foram realizadas quatro idas a campo, consistindo em visitas presenciais à aldeia São Miguel e a outras localidades da Baía da Traição. Essas idas foram essenciais não apenas para entender a dinâmica de resistência no território, mas também para refletir presencialmente sobre alternativas frente à marginalização e criminalidade enfrentadas pelos indígenas da aldeia. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como foco analisar as práticas educomunicativas de resistência realizadas pelo coletivo e analisar os impactos da criminalização e opressão no cotidiano da comunidade, destacando a importância das etnomídias nesse processo. Durante a primeira ida a campo, foi criado o coletivo Nhembo'e Katu, a partir da colaboração entre a autora deste trabalho e os indígenas Potiguara da aldeia São Miguel, incluindo graduandos e estudantes da região.

O Nhembo'e Katu realiza oficinas do ritmo côco, artesanato, plantio, grafismo indígena e história Potiguara, com o objetivo de envolver crianças e jovens da aldeia São Miguel em práticas que resgatam e fortalecem a cultura local. Além de promover o aprendizado sobre as tradições do povo Potiguara, essas atividades servem como base para a criação das etnomídias do coletivo. As mídias produzidas, como fotos, vídeos e conteúdos informativos, são divulgadas principalmente no Instagram, o que permite um alcance significativo dessas mídias. O uso das redes sociais possibilita que as produções culturais do coletivo cheguem a outros povos indígenas e também a públicos não indígenas, ampliando a visibilidade da luta e da identidade Potiguara e fomentando o diálogo intercultural.

A ida a campo, como método de pesquisa etnográfica, permitiu uma interação direta com a comunidade, possibilitando a coleta de dados, o registro das vivências dos moradores e a observação das práticas comunicativas do coletivo. Utilizando a pesquisa ação-participativa, os membros da comunidade foram incentivados a participar ativamente das oficinas, o que possibilitou a criação das etnomídias e estabeleceu práticas educomunicativas decoloniais. O coletivo Nhembo'e Katu representa uma aplicação prática da educomunicação em territórios indígenas, permitindo que as próprias lideranças e integrantes da aldeia participem da criação e disseminação de conteúdos que visam valorizar e preservar a memória cultural Potiguara.

As idas a campo também permitiram observar os desafios e dificuldades enfrentados pela comunidade, além de compreender como a presença do coletivo Nhembo'e Katu tem contribuído para uma nova forma de resistência. O uso das etnomídias tem se mostrado uma estratégia decolonial contra o apagamento cultural, reforçando a identidade indígena e criando novos espaços de visibilidade e empoderamento para os Potiguara. As análises revelaram como essas práticas educomunicativas têm o potencial de desafiar as narrativas coloniais e fortalecer a autonomia cultural e política da aldeia São Miguel, além de outras comunidades Potiguaras da região.

O perfil do Instagram @nhemboekatu foi criado juntamente com o surgimento do coletivo Nhembo'e Katu, em junho de 2024. Em menos de oito meses, o coletivo promoveu palestras, oficinas e apresentações, sempre com o objetivo de fortalecer a cultura Potiguara e dar visibilidade às questões indígenas. Até o dia 23 de fevereiro de 2025, o perfil acumulava dezesseis postagens, sendo oito delas no formato *reels*, que servem como exemplos de etnomídias. Essas postagens serão analisadas na pesquisa, abrangendo todas as etapas do processo, desde a realização das oficinas até as etapas de produção das etnomídias. Todas as publicações do perfil @nhemboekatu foram produzidas por meio de celular e computador, pelos membros fundadores do coletivo, com Vi Potiguara e Aline Miranda atuando como os principais produtores.

Vi Potiguara é indígena morador da Aldeia São Miguel e estudante de Antropologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ativista dos direitos dos povos originários e um dos fundadores do coletivo. Aline Miranda é paraense, estudante de Pedagogia da UFPB e moradora da Aldeia São Miguel. Suas raízes indígenas e sua proximidade com a comunidade Potiguara a torna uma atuante nas causas sociais da aldeia.

Para a coleta de dados dessa pesquisa, além do trabalho antropológico a partir das idas a campo e da observação e participação, serão analisados também os números de alcance dos oito *reels* postados, para assim ter uma noção do impacto das mídias produzidas pelo coletivo nas redes sociais. A análise desses dados permitirá entender como os conteúdos estão sendo recebidos pelo público. Foram realizadas também entrevistas e conversas com Vi Potiguara, sobre a realização das oficinas e sobre a produção dos oito *reels* postados até a data de 23/02/2025.

### **3.2 Produzindo etnomídias- processo de produção, desafios e visibilidade**

O processo de criação das etnomídias no contexto do Nhembo'e Katu é marcado por um intenso trabalho coletivo- de resistência e luta. A Aldeia São Miguel, por estar localizada em um território em que existe criminalidade, sofre também com a opressão policial. Durante oficinas realizadas com crianças do território nos meses de outubro e novembro a aldeia estava sob operação policial, o que impossibilitou uma ida a campo, Vi Potiguara enfatizou que “Agora na aldeia ta pesado, a polícia tá colocando terror, entrando na rua com fuzil, dando baculejo<sup>5</sup>, atirando... Tá horrível” ele ainda completa que “as novas crias do nhembo'e ficam por aqui e quando vão pra rua é correndo abaixando com medo de bala... foi no dia de produção de miçangas, ainda ia dá 17 horas pow”. (POTIGUARA, 2024)

Mesmo com a opressão sofrida nesse período, o coletivo não parou e continuou e continua a resistir, realizar oficinas e produzir etnomídias. Na data de 23/02/2025, o perfil do coletivo se encontrava da seguinte maneira<sup>6</sup>:

---

<sup>5</sup> Baculejo é o ato da polícia de abordar e revistar uma pessoa, frequentemente de forma invasiva, com o objetivo de verificar se há substâncias ilícitas, armas ou outros objetos proibidos. Esse procedimento, muitas vezes realizado sem o devido consentimento ou justificativa legal, é frequentemente associado a práticas de discriminação racial e abusos de poder, principalmente em comunidades marginalizadas.

<sup>6</sup> Essa imagem corresponde a uma captura de tela dos reels do Instagram. Os reels se encontram onde está circulado de vermelho e os reels estão enumados de 1 a 8, em que 1 é o primeiro reels postado e 8 é o último reels postado até a data de 23/02/2025.

← nhemboekatu



:



Nhembo'e Katu

16  
posts

336  
seguidores

212  
seguindo

Comunidade

Coletivo de identidade cultural

Coco de roda Eiratrya de São Miguel

[Ver tradução](#)



coco na bt



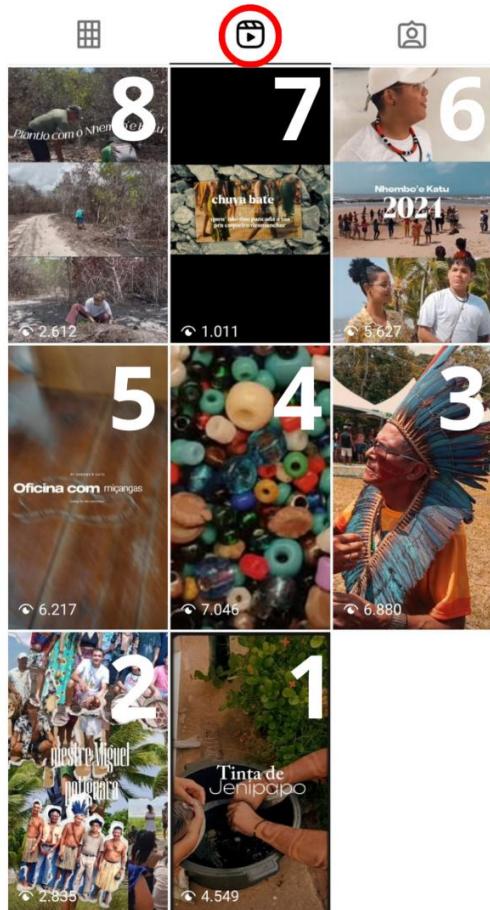
roda de conve...



jenipapo



ensaio...



Fonte: captura de tela do perfil @nhemboekatu.  
Realizada dia 23/02/2025

A partir dessa captura de tela podemos coletar as seguintes informações:

- O perfil possuía 336 seguidores;
- O reels 1 possuía 4.549 visualizações;
- O reels 2 possuía 2.835 visualizações;
- O reels 3 possuía 6.880 visualizações;

- e) O reels 4 possuía 7.046 visualizações;
- f) O reels 5 possuía 6.217 visualizações;
- g) O reels 6 possuía 5.627 visualizações;
- h) O reels 7 possuía 1.011 visualizações;
- i) O reels 8 possuía 2.612 visualizações.

Em conversa com Vi Potiguara sobre o processo de produção dos reels, Vi revela que grava as imagens pelo celular e edita pelo aplicativo “*Cap Cut*”. O CapCut é um aplicativo de edição de vídeo desenvolvido pela *ByteDance*, projetado para ser intuitivo e acessível tanto para iniciantes quanto para usuários mais experientes. Sua principal funcionalidade é a edição simplificada de vídeos, permitindo cortar, ajustar a velocidade, adicionar transições, efeitos visuais e sonoros, além de inserir textos e legendas. O aplicativo oferece uma ampla gama de ferramentas de personalização, como filtros, músicas e efeitos especiais, que facilitam a criação de conteúdo multimídia de alta qualidade. Além disso, a interface amigável e a integração com plataformas como o Instagram e TikTok tornam o *CapCut* uma ferramenta eficiente para a criação e compartilhamento de vídeos, especialmente em ambientes digitais. A sua simplicidade no manuseio e a variedade de recursos disponibilizados de maneira gratuita tornam o aplicativo acessível, o que contribui para sua popularidade entre usuários que buscam dinamismo e praticidade na produção de conteúdo audiovisual.

Tendo essa informação foi perguntado ao Vi as seguintes perguntas:

- a) Quais as dificuldades enfrentadas para produzir as mídias?
- b) E o que você achou dos resultados?
- c) Você acredita que teve algum retorno para a comunidade?

Diante destes questionamentos, Segundo Potiguara Vi (2025), para a produção dos reels em si, não houve grandes dificuldades, uma vez que ele já tinha experiência prévia com esse tipo de atividade. Ele ressaltou que, atualmente, a utilização do *CapCut* facilita significativamente o processo, tornando-o mais acessível e dinâmico.

O avanço tecnológico e o aprimoramento dessas ferramentas permitem que a produção de conteúdo seja mais rápida e intuitiva, sem a necessidade de equipamentos ou habilidades complexas. Essa facilidade, aliada à experiência adquirida, possibilita que a criação das etnomídias seja feita de maneira eficiente e sem grandes obstáculos técnicos. Além disso, Vi enfatiza que essas ações trazem visibilidade não apenas ao projeto, mas também à aldeia São Miguel, destacando que, apesar de ser um trabalho pequeno e contínuo, é uma forma de

resistência. Ele expressa satisfação ao ver que, mesmo diante das diversas vulnerabilidades enfrentadas pela comunidade, as atividades promovem resultados positivos, como o fortalecimento da identidade Potiguara, o direcionamento das crianças para um futuro que não envolve criminalidade e a geração de novos espaços de valorização cultural.

Potiguara Vi (2025) também destaca que as novas gerações desempenham um papel crucial na continuidade e fortalecimento das práticas culturais, especialmente ao adotar as etnomídias como uma forma de resistência. Ele observa que, com o acesso a mais recursos tecnológicos e financeiros, seria possível expandir ainda mais o alcance das produções e potencializar o impacto das ações do coletivo. No entanto, ele ressalta que para que isso aconteça, é imprescindível o apoio por meio de políticas públicas adequadas, que atendam às necessidades específicas das comunidades indígenas. Segundo Vi, tais políticas são fundamentais, pois garantiriam o acesso a ferramentas e treinamentos, além de possibilitarem a criação de infraestrutura e recursos financeiros necessários para a manutenção e ampliação de projetos como o Nhembó'e Katu. Ele enfatiza que, na ausência dessas políticas, as comunidades indígenas seguem enfrentando grandes desafios, dificultando o pleno desenvolvimento das suas iniciativas e, consequentemente, a preservação de suas culturas.

Esse relato do Vi é de grande valia para os resultados dessa pesquisa, pois traz à tona a realidade do trabalho diário e as dificuldades enfrentadas pelo coletivo Nhembó'e Katu. Porém, é importante destacar que existem desafios que vão além da produção das etnomídias e se estendem ao próprio funcionamento das plataformas digitais, como o Instagram. Uma das questões enfrentadas é o racismo algorítmico, que impacta a visibilidade dos conteúdos, tornando os números de engajamento bem menores do que o esperado, mesmo quando as postagens apresentam uma quantidade significativa do número de visualizações quando comparadas com o número de seguidores.

O racismo algorítmico refere-se à maneira como os algoritmos das plataformas digitais reforçam desigualdades sociais, criando "bolhas" de informação que limitam a diversidade de pontos de vista. Esses algoritmos, criados por grandes empresas fomentadas pelo capitalismo eurocêntrico, favorecem conteúdos que atendem aos interesses das elites, excluindo minorias e reproduzindo vieses de desigualdade. Conforme apontado por O'Neil (2020) e Noble (2021), a falta de regulamentação pode intensificar essas disparidades, pois as plataformas priorizam informações que atendem a padrões dominantes. A conscientização sobre esses algoritmos e a

criação de alternativas mais inclusivas são essenciais para combater a marginalização de grupos oprimidos nas redes sociais.

Os problemas com as grandes empresas de informação certamente são mais profundos que a má representação. Eles incluem protocolos de tomada de decisão que favorecem elites corporativas e os poderosos estão implicados em desigualdade social e econômica global. Aprendizagem profunda de máquinas, que é uso de algoritmos para replicar o pensamento humano, tem como base valores específicos de tipos específicos de pessoas - as mais poderosas instituições da sociedade e aqueles que as controlam. (Noble, 2021, p.46)

Esses números, embora relevantes, são irrisórios quando comparados ao engajamento de contas não indígenas ou com maior apoio financeiro. No entanto, como Vi Potiguara disse, trata-se de um "trabalho de formiguinha", onde não se pode focar apenas nos números, mas sim nas ações realizadas e nas lutas que estão sendo travadas. O projeto ainda está em seus estágios iniciais, mas já representa uma resistência contra um sistema colonial que é muito maior. Vi expressa que, embora desejasse resultados mais expressivos e maiores recursos, o que já foi conquistado é satisfatório, pois reflete a persistência e o esforço da comunidade Potiguara na defesa de sua cultura e identidade.

#### **4. Notas conclusivas**

A partir das observações realizadas durante as investigações desta pesquisa e dos relatos de Vi, é possível concluir que as produções das etnomídias do Nhembo'e Katu são de fato práticas educomunicativas que vão além de um simples processo técnico ou criativo, sendo um reflexo das lutas cotidianas da comunidade diante das opressões sofridas, como a violência policial e a marginalização cultural. As dificuldades enfrentadas pela aldeia demonstram que o processo de criação de etnomídias, embora fundamental para a resistência e a preservação cultural, não se resume somente à produção de conteúdo. É um contexto permeado por desafios que envolvem não apenas a produção em si, mas também circunstâncias socioeconômicas e políticas em que a comunidade está inserida. A opressão policial, como evidenciado nas palavras de Vi, é um fator agravante que afeta diretamente as condições de trabalho do coletivo e a segurança dos envolvidos, mas ainda assim, o Nhembo'e Katu continua a resistir através das atividades desenvolvidas e das produções de etnomídias que refletem sua identidade e histórias.

O trabalho de Vi Potiguara, Aline Miranda e todos os envolvidos no coletivo, tem sido essencial para a aldeia São Miguel, pois possibilita a preservação e promoção da cultura Potiguara de uma maneira acessível e envolvente para as novas gerações. As produções midiáticas não apenas documentam e difundem os saberes ancestrais, mas também oferecem uma forma de resistência contra o apagamento cultural e a marginalização vivida pelos povos indígenas. Ao utilizar as plataformas digitais, o coletivo amplia a visibilidade da aldeia e fortalece o empoderamento da comunidade, permitindo que suas histórias e identidades sejam compartilhadas com um público mais amplo. O trabalho realizado, portanto, vai além da criação de conteúdo; ele reforça a luta diária contra a opressão e o racismo estrutural contra povos originários e os seus saberes ancestrais, ao mesmo tempo em que fortalece a cidadania e o pertencimento dos Potiguara.

Mesmo diante dos desafios enfrentados pela comunidade e da falta de políticas públicas (estas que são essenciais para o enfrentamento de desigualdades sociais perpetuadas pela colonização) para a promoção dos direitos indigenistas, o coletivo tem se mostrado resiliente, utilizando a criatividade e os recursos disponíveis para produzir etnomídias, tanto no contexto local quanto em uma escala mais ampla.

O processo de produção das etnomídias, que abrange desde as oficinas até as etapas de pré e pós-produção, é um reflexo contundente das etnomídias enquanto práticas de resistência cultural. Esse processo, ao mesmo tempo em que preserva saberes tradicionais, enfrenta a realidade de uma estrutura colonial ainda presente na sociedade e nas plataformas digitais, onde práticas como o racismo algorítmico dificultam a visibilidade de conteúdos de comunidades marginalizadas. O coletivo Nhembo'e Katu, ao combater essas barreiras, exemplifica como as etnomídias não apenas preservam a cultura Potiguara e fortalecem a aldeia São Miguel, mas também potencializam a identidade comunitária, tornando-se poderosas ferramentas de resistência contra as dinâmicas opressivas das grandes plataformas. Nesse contexto, o trabalho realizado é muito mais do que um ato de criar conteúdos; é uma ação política e cultural que resiste à marginalização e reafirma a importância das vozes indígenas no espaço digital.

A luta empreendida pelo Nhembo'e Katu evidencia como a cultura indígena, por meio da tecnologia e da mídia, pode se reerguer, florescer e resistir à opressão. Embora enfrentem desafios estruturais profundos, o coletivo demonstra a resiliência e a capacidade de subverter as forças coloniais que tentam silenciar os povos originários. O trabalho diário dessas iniciativas, muitas vezes invisibilizadas, oferece uma mensagem poderosa: a resistência



cultural não se limita aos espaços físicos, mas pode ganhar novos territórios, desafiando as convenções e trazendo à tona um novo paradigma de luta. As etnomídias, assim, se afirmam como instrumentos transformadores, não apenas na preservação de uma identidade, mas na construção de um futuro mais justo e inclusivo para as gerações vindouras.

## Referências

ALMEIDA. Lígia Beatriz Carvalho de. **Formação do professor do ensino básico para a educação para a mídia: avaliação de um protótipo de currículo.** Tese. Universidade Estadual Paulista. Marília. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102217>

\_\_\_\_\_. **Projetos de intervenção em educomunicação** [recurso eletrônico]. Campina Grande: EDUFCG, 2024. 84 p.

BANIWA, Denilson. "Entrevista sobre etnomídia". 2017.

CARNEIRO, Raquel. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê.** 2019.

CHARRAUDEAU, Patrick. **O Discurso das Notícias.** 2007.

DELMARCHI, Lúcia. **Contranarrativas indígenas: resistência e comunicação.** 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 42º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 2003.

KAPLÚN, Mario. **Procesos educativos y canales de comunicación.** 1980.

\_\_\_\_\_. **El comunicador popular.** Quito: CIESPAL, 1985.

LIMA, Maria. **Identidade e Política Indígena no Brasil.** 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Sujeito, comunicação e cultura.** Comunicação & Educação. São Paulo: Eca-Usp/Moderna, n.15, maio/ago, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005.

Moonen F, Maia LM. **Etnohistória dos índios Potiguara.** 1992. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba / Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

NOBLE, Safyia Umoja. **Algoritmos da opressão: como o google fomenta e lucra com o racismo.** Editora Rua do Sabão. São Paulo. 2021

O'NEIL, C. **Algoritmos de Destruição em Massa.** 1. ed. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal da Paraíba, 2004.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Mídia comunitária. Comunicação e Sociedade** : revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: UMEP, n. 30, p.141- 156, 1998.

\_\_\_\_\_. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.** PCLA. Pensamento Comunicacional Latino Americano (Online), São Paulo: v. 4, n. 1, p. 1- 10, 2002.

\_\_\_\_\_. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** ECO-Pós, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio-ago. 2009.

SEGATO, Rita. **A colonialidade do ser: gênero, violência e descolonização.** São Paulo: [editora], 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais.** Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, Brasília, n. 2, p. 19- 74, jan./mar. 1999.

\_\_\_\_\_. **A Educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção.** In APARICI, Roberto. Educomunicação: Para além da 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidade/racionalidade.** Perú Indíg, v. 13, n 19, p.11- 20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quierano.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade, poder, globalização e democracia.** Novos Rumos. Ano 17. P. 4-28. nº 37. 2002

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org). In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 227-278117-142